

AL NOTÍCIAS



Distribuição gratuita

Comissão estuda instalação de CPI

A Comissão de Constituição e Justiça anuncia, na próxima semana, a decisão sobre a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar denúncias de irregularidades no uso dos recursos do Fundo Social. A garantia foi dada pelo novo presidente da CCJ, deputado Jorginho Mello (PSDB), durante a primeira reunião do ano legislativo, realizada no dia 14, em

resposta à cobrança do líder do PT, deputado Francisco de Assis. O parlamentar cobrou uma decisão diversas vezes, em Plenário, e reiterou o pedido durante o encontro da Comissão.

A instalação da CPI, no entanto, não foi o único tema importante e polêmico debatido pelos deputados nas sessões plenárias da semana. As mudanças na natureza jurídica da Fundação de

Apoio ao Hemosc/Cepon, vista por alguns deputados como uma forma de privatização – descartada pelo líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB) –, também esteve no centro das discussões. Além disso, diversos parlamentares pediram o cumprimento efetivo da legislação pelo Estado e pela sociedade.

Os debates podem ser conferidos nas páginas 5, 8, 9, 10 e 11

Jonas Lemos Campos



Alberto Neves

Comissões iniciaram a análise das proposições



Pais e representantes das APAES do estado na solenidade em que o projeto foi anunciado, em outubro de 2005

APAEs começam a receber recursos

As 185 APAEs de Santa Catarina recebem, nos próximos dias, o primeiro repasse de recursos provenientes do Fundo Social, num total de R\$ 1,098 milhão. A nova fonte de receita mensal que beneficia mais de 13 mil alunos especiais foi assegurada pela Lei nº 13.633, aprovada pelo Legislativo e sancionadas pelo governador no final de 2005.

Página 3
Solon Soares



Epagri é homenageada pela Assembléia

O Parlamento catarinense realizou sessão solene, no último dia 7, para homenagear os 50 anos da extensão rural no estado. A solenidade, que reuniu centenas de pessoas, foi realizada no auditório da Federação das Indústrias, em Florianópolis. O deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB) conduziu a sessão em que foram entregues placas comemorativas a mais de 100 personalidades ligadas ao extensionismo rural.

Página 12

Associação de construtores entrega proposta

Página 4

Projeto Aroeira qualifica jovens

Central



Oficinas abrem perspectivas para os selecionados pelo programa federal

OPINIÃO

Preservação ambiental exige planejamento

O planejamento dos usos e fatores que interferem nos processos produtivos das populações locais, a remobilização desta população e suas respectivas indenizações, em espécie, bem como a realização de um zoneamento ecológico, econômico e a elaboração do plano de manejo são instrumentos necessários e legais que devem coexistir nos momentos seguintes àqueles da decretação dos limites das Unidades de Conservação Ambiental.

Quando isto não ocorre, comecem os conflitos.

Tais conflitos são intensificados ainda mais quando, apesar de não se conhecer e disseminar as regras de uso da terra desta nova Unidade, o poder público institui os procedimentos de fiscalização sobre a população atingida.

A legislação vigente que rege a gestão das UCs evidencia a

necessidade imediata do planejamento participativo no uso da terra, de tal forma que a população seja, pelo menos, informada adequadamente dos limites e restrições existentes.

Este é o processo a que está submetida a população afetada pelos limites do Parque Nacional da Serra do Itajaí, criado através de decreto do presidente Luis Inácio Lula da Silva, em 04/06/2004.

O Parque Nacional da Serra do Itajaí possui área de 57.514,72 hectares, abrangendo os municípios de Blumenau, Indaial, Gaspar, Apiúna, Guabiruba, Botuverá, Presidente Nereu e Vidal Ramos.

A aceitação deste parque na região é bastante conflituosa, visto que em alguns casos abrange 43,6% do território, como no município de Indaial.

As prefeituras destes municípios citados não puderam

ter nenhuma ingerência sobre os percentuais ocupados de seus territórios que hoje estão inseridos no Parque Nacional da Serra do Itajaí, apesar de, na época de sua criação, terem apresentado, conjuntamente, proposta de criação de nove Unidades de Conservação de Uso Sustentável – APAs, protegendo área similar aquela coberta por este parque.

Para discutir o assunto, atendendo o apelo da população atingida pelos limites do parque, a Comissão de Turismo e Meio Ambiente está promovendo audiências públicas, nos nove municípios envolvidos, buscando ouvir os pleitos dos habitantes, bem como disponibilizando a estrutura desta Casa Legislativa para a busca de soluções a estes problemas.

Deputado Sergio Godinho, líder do PSB

Uma decisão moralizadora, como espera a sociedade

A sociedade brasileira, tão enganada ao longo de anos e anos, teve, enfim, uma notícia auspiciosa em meados de fevereiro último. Foi gerada pela decisão dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), acabando com a farra dos parentes – inicialmente em um poder – e recebida como uma grata surpresa pela população já calejada, mas nunca resignada, com desmandos, ações em defesa de interesses privados, apropriações indébitas, distribuição e recebimentos de propinas.

Enfim, um gesto de moralidade efetiva, real, palpável, que a sociedade tanto ansiava. Na análise entre o legal e o imoral, os ministros do STF não tiveram dúvidas de que estavam, sim, diante do ilegal. Então, o corte na própria carne, expressão que o povo brasileiro já tinha ouvido, mas sem que passasse de retórica. A decisão dos ministros fez valer resolução do

Conselho Nacional de Justiça que desembargadores, juízes e seus parentes guindados a cargos públicos, sem fazer qualquer esforço, repudiavam, contestavam.

O melhor desta decisão serão seus reflexos. Gestos assim, de seriedade, moralizadores, assim como aqueles de altruísmo; iniciativas de interesse da sociedade tendem a servir de exemplo, se propagar. O presidente da Câmara dos Deputados declarou logo em seguida a esta decisão que projeto neste sentido será apresentado naquela Casa. E, sem dúvida, poucos terão coragem de votar em contrário. A Assembléia Legislativa de Santa Catarina poderia estar na vanguarda deste processo moralizador. No ano passado, apresentamos projeto para acabar com o nepotismo no âmbito estadual, nos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, embora, deva-se salientar, o Judiciário catarinen-

se tenha, por iniciativa própria, eliminado esta imoralidade de seus quadros. No final do ano, no entanto, depois de ficar alguns meses adormecido em uma gaveta e após passar por modificações que visaram reduzir sua abrangência, amenizar o impacto da medida, foi finalmente levado ao plenário e rejeitado. A maioria dos deputados, porém, preferiu manter abertas as portas a parentes seus ou das demais autoridades estaduais. No dia 15 de fevereiro, reinício dos trabalhos legislativos de 2006, reapresentamos o projeto. Este ano, talvez, por ser ano eleitoral, os parlamentares levem em conta esta aspiração da sociedade e, sem dúvida, a decisão do STF estará presente, instigando, iluminando e incentivando as consciências de cada representante do povo catarinense no Parlamento.

Dep. Afrânio Boppré (P-SOL)

Coordenadora do PAB recebe Troféu

Eduardo Guedes de Oliveira



Estagiários do projeto Antonieta de Barros

Criado em 2004 para proporcionar oportunidades de emprego para jovens de baixa renda, o Programa Antonieta de Barros foi reconhecido pela diretoria do Bloco Liberdade, que entregou na noite de quinta-feira (16), o Troféu Destaque da Raça Negra 2006 à coordenadora de estágios especiais da Assembléia, Marilú Lima de Oliveira. A premiação, em sua 10ª edição, destaca os serviços prestados por Marilú à comunidade, como afro-descendente, no campo de sua atuação profissional. A cerimônia foi realizada às 21 horas, no Restaurante Notório, no Estreito, em Florianópolis.

Marcos Canetta, coordenador

do prêmio, informa que a homenagem será estendida a 11 pessoas e entidades, entre elas o reitor da UFSC, professor Lúcio Botelho, em razão do apoio à política de cotas na universidade pública; o secretário estadual de Educação, Diomário Queiroz, pelo projeto Pedagogia do Axé; Cláudio Rio, do Cinema na Favela, organizado pela Nação Hip Hop; a Escola de Samba Unidos da Coloninha, vice-campeã do Carnaval de Florianópolis 2006, pelo enredo afro, e João Carlos Nogueira, subsecretário de Políticas Raciais da Secretaria de Políticas Públicas e de Inclusão Racial, ligada ao Ministério da Justiça, na área de política.

[AGENDA]

• **21 de março, 19 horas:** Instalação de Fórum da Cultura Açoriana em Santa Catarina.

Local: Plenário e Hall da Alesc

• **22 de março, 16h30min:** Lançamento da Campanha da Fraternidade de 2006 – “Fraternidade e Pessoas com Deficiência”.

Local: Plenário, durante a sessão ordinária

• **22 de março, 19 horas:** Sessão solene em homenagem aos 50 anos do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

Local: Plenário

Mesa



Presidente: Julio Garcia (PFL)

1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)

2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense / Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira

Relações Institucionais: Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Magda Audrey Pamplona, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo e Tatiani Magalhães

Revisão: Verlaine Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Karina Azevedo das Neves

Expedição: Edna Schumacker, Mônica Meyer e Soraia Marçal Boabaid

Estagiários Programa Antonieta de Barros: Roberta dos Santos Martins, Viviane Olgada Fonseca e Suelen Regina Hilário

INSTITUCIONAL



Jonas Lemos Campos

Portadores de necessidades especiais em apresentação realizada no ano passado, no Centro Administrativo

APAEs começam a receber recursos

Primeiro repasse do Fundo Social será de R\$ 1,098 milhão, distribuído entre 13 mil alunos das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais

As APAEs de Santa Catarina recebem, nos próximos dias, o primeiro repasse de recursos provenientes do Fundo Social. A nova fonte de receita mensal das entidades foi assegurada pela Lei nº 13.633, conhecida como "Lei Julio Garcia", por ter sido por ele proposta à Assembléia Legislativa quando respondeu pela chefia do Poder Executivo em outubro de 2005. O projeto foi rapidamente aprovado pela unanimidade dos parlamentares catarinenses e, a lei, sancionada ainda no ano passado, pelo governador Luiz Henrique (PMDB).

Pela primeira vez as APAEs catarinenses contam com recursos mensais garantidos. O primeiro repasse será formalizado nos próximos dias, em ato solene

comandado pelo governador Luiz Henrique e pelo deputado Julio Garcia, e refere-se à arrecadação do mês de janeiro. No período, o percentual de 1% do Fundo Social destinado a essas entidades corresponde a R\$ 1,098 milhão. O valor será distribuído às 185 unidades da APAE de Santa Catarina, com base no número de alunos de cada uma delas. Atualmente estão matriculados nas APAEs do Estado 13.891 portadores de necessidades especiais.

A idéia de garantir uma receita mensal às APAEs foi anunciada por Júlio Garcia no dia 11 de outubro do ano passado, quando assumiu o cargo de governador em substituição a Luiz Henrique que viajou ao Exterior. "Neste breve período de interinidade", disse ele, "vou

realizar dois sonhos: um que não sonhei, que é o de ser governador, e o segundo, que a vida pública me deu, de ter grandes amigos e a oportunidade de reconhecer o espírito de solidariedade do cidadão e, em especial, daqueles que se dedicam ao voluntariado", afirmou.

A receita mensal, disse também o presidente da Assembléia, "não resolverá todos os problemas das APAEs catarinenses, mas garantirá a manutenção básica daquelas instituições". Representantes da entidade de todo o Estado acompanharam de perto todo o processo e comemoraram, desde o encaminhamento do projeto de lei à Assembléia Legislativa, sua aprovação por unanimidade, até a sanção da lei.

Telejornal da TVAL volta em duas edições

A TVAL voltou a apresentar seus telejornais diários em duas edições. A primeira vai ao ar às 13 horas com o balanço do que aconteceu pela manhã, informando sobre as comissões permanentes e audiências públicas realizadas na Casa e fazendo uma projeção do que acontecerá durante a tarde. Às

18h30min, entra ao vivo a segunda edição, com o balanço do que foi notícia no dia e entrevistas.

Na sexta-feira, o canal apresenta um revista com tudo o que aconteceu na semana, com reprises durante o sábado e o domingo. Em sua grade, a TVAL ainda apresenta o Fala Deputado, programa

diário de entrevistas, que começa às 12h40min. Já o programa Parlamento Debate vai ao ar nas terças-feiras, às 20 horas.

Na próxima quarta-feira (22), o programa Testemunhas da História lembrará a trajetória do patrono da Imprensa e da Maçonaria, Jerônimo Coelho, nascido em Laguna.

Escola promove palestras para vereadores

Mais de 80 vereadores de cidades abrangidas pela Associação das Câmaras Municipais de Vereadores do Oeste (ACAMOSC) participaram da palestra proferida pelo professor Edgar Schutz, promovida pela Escola do Legislativo, no último dia 11.

Filósofo, mestre e especialista do comportamento humano, o professor falou sobre Liderança e Liderados, na Câmara de Vereadores de Chapecó. A palestra foi solicitada pela ACAMOSC, composta por 20 associadas, num total de 183 vereadores. O evento fez parte da Assembléia Geral da entidade que elegeu a nova diretoria para o ano de 2006.

No dia 4 de março, na cidade de Agronômica, a Escola do Legislativo propiciou a realização da palestra sobre Plano Diretor, com o arquiteto e urbanista servidor do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), José Rodrigues da Rocha. O evento foi uma solicitação da União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí (UCAVI) e teve a participação de cerca de 90 vereadores daquela região. Segundo Álvaro Melchiorretto, presidente da UCAVI, a palestra foi altamente positiva por tratar-se de um tema de relevante importância e por propiciar aos vereadores embasamento para as discussões nos municípios que integram a região.

Internamente, a Escola promoveu de 13 a 16 de março, no período vespertino, o curso Elevação de Nível em Oratória, destinado aos servidores da Casa. Ministrado pelo professor Acácio Moraes Garcia, o curso objetiva propiciar aos alunos a possibilidade de aprimorar as técnicas de comunicação, requi-

sito fundamental para o desenvolvimento profissional.

Ética

O presidente da Escola, deputado Celestino Secco (PP), fez palestra, a convite da Escola do Legislativo de Mato Grosso do Sul, no dia 9 de março, na Assembléia Legislativa daquele estado. O tema foi Ética e Política, durante o II Seminário de Vereadores.

Secco, que também é professor graduado em Filosofia, pós-graduado em Filosofia e Ética e mestre em Gestão do Desenvolvimento e Cooperação Internacional pela Universidade Moderna de Lisboa (Portugal), falou para uma platéia de centenas de vereadores enfatizando que os agentes públicos precisam manter a coerência entre o discurso e as ações. "O agente público precisa se dedicar, se debruçar sobre questões preocupantes. A dedicação não é só de tempo, mas de conhecimento", disse o deputado.

O parlamentar alertou para a necessidade dos legisladores estarem atentos às mudanças na sociedade. "Há novos valores, novos paradigmas", justificou. Para Secco, existe hoje um novo cidadão, "com novas exigências", que exige a revisão dos modelos e ideais de sociedade.

Ao final da sua palestra, o deputado catarinense fez mais um alerta, sobre as conseqüências das decisões tomadas no exercício de cargos e de funções políticas. "O político precisa prestar atenção nas conseqüências das decisões que está tomando. Além disso, é muito importante aplicar bem o dinheiro público", finalizou.

Eduardo Guedes de Oliveira



Servidores participaram do curso de oratória, num total de 16 horas

INSTITUCIONAL

Deputados apóiam ICMS menor na construção

Empresários do setor entregaram aos parlamentares documento com as sugestões para implementar a medida em Santa Catarina.

Eduardo Guedes de Oliveira



Sérgio Godinho, com o documento, e Dionei receberam os representantes da Associação dos Construtores

O pacote de sugestões para efetivar a redução da alíquota de ICMS, de 17% para 12% sobre materiais usados na construção civil, proposto pela Associação dos Construtores e entidades distribuidoras, recebeu apoio dos parlamentares nessa semana. A medida já foi adotada nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e está em implantação no Rio Grande do Sul.

Na quarta-feira (15), o líder do PSB, Sérgio Godinho, juntamente

com o deputado Dionei Walter da Silva (PT), receberam os representantes da Associação em encontro no gabinete da Presidência. As medidas sugeridas pelos empresários serão discutidas com o governo estadual, numa reunião na Secretaria da Fazenda no próximo dia 22, da qual os deputados participarão. "Serão sugeridas ao governo estadual formas para que se possa baixar as alíquotas dos materiais da área que mais emprega no Brasil", enfatizou Godinho ao informar

seu pares em Plenário.

Para Godinho, a desoneração desse setor vai contribuir muito com a geração de empregos, favorecendo assim o crescimento econômico. O parlamentar destacou pedido feito aos representantes do setor da construção civil para que haja uma fiscalização quanto ao desconto repassado ao consumidor final. Ele afirmou que a caixa d'água terá isenção total de imposto, o que reforça o caráter social da medida.

Fotos: Ivan Pimentel



Evento reuniu cerca de 500 pessoas no auditório da Unisul, em Palhoça

Legislativo participa de conferência sobre idosos

Representando a Assembléia Legislativa, a deputada Odete de Jesus (PL) participou hoje (15) da I Conferência Regional dos Direitos da Pessoa Idosa da Grande Florianópolis, realizada em Palhoça. Oito municípios estiveram representados por grupos de terceira idade na discussão de dez questões envolvendo assuntos de interesse dos idosos, como a assistência social ou a previdência.

Quase 500 pessoas participaram do encontro, realizado no campus da Unisul, e teve como tema principal a implantação da Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa – Renadi, para transformar-se na principal estratégia de mobilização das organizações sociais e de órgãos públicos. Neste encontro, foram escolhidos os delegados para a conferência estadual, ainda sem data definida.

Em seu discurso, a deputada Odete de Jesus defendeu a efetiva aplicação do Estatuto do Idoso. "Já se passaram mais de três anos desde sua publicação e os grandes anseios dos idosos continuam sem respeito", criticou. Ela elogiou a realização do encontro, dizendo que o momento era ideal para unir forças. "Devemos protestar e cobrar das autoridades todos os direitos, como por exemplo, o transporte gratuito nos coletivos", destacou.

A deputada disse ainda mostrando um

exemplar do Estatuto do Idoso – que "nada é conquistado sem muita luta". A Cartilha dos Direitos do Paciente (Lei nº 13.324, de sua autoria) também não está sendo aplicada nos hospitais públicos ou particulares, "Ela garante atendimento digno aos pacientes, o que não vem sendo feito", completou Odete.

Entre as autoridades que participaram da conferência, a deputada Odete de Jesus citou o procurador de Justiça Aurino Alves de Souza, titular do Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações como o mais importante. "A responsabilidade dele e do Ministério Público perante essas pessoas é muito grande", declarou, referindo-se ao Poder como alternativa na busca pelo respeito ao Estatuto do Idoso.

A Assembléia Legislativa tem sido um forte instrumento de cobrança dos 118 artigos do Estatuto, segundo a deputada, e vai manter a vigilância e a fiscalização para garantir a aplicação da lei. "É que nossa sociedade, infelizmente, também é excludente em relação ao idoso", lembrou.



Cumprimento do Estatuto foi reivindicado por Odete



Arcebispo apresenta na AL Campanha da Fraternidade

Carlos Killian

A Assembléia Legislativa vai interromper a sessão plenária da próxima quarta-feira (22), para a apresentação da Campanha da Fraternidade 2006 da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), cujo tema é "fraternidade e pessoas com deficiência".

A proposta foi aprovada pelos líderes de bancada, ao assinarem um requerimento de autoria do deputado Wilson Vieira – Dentinho (PT). O parlamentar petista convidou para fazer a apresentação o arcebispo da Arquidiocese de Florianópolis, D. Murilo Sebastião Ramos Krieger.

Durante a apresentação o deputado Dentinho deve comentar sobre a Lei 12.870, de sua autoria

e sancionada em janeiro de 2004. A Lei trata da implantação de Políticas Públicas para pessoas com deficiência, é inédita no Brasil e determina ao Estado o atendimento aos direitos básicos das pessoas com deficiência, como transporte, educação, saúde, trabalho e emprego.

Como a Lei não foi regulamentada, até agora, o deputado Dentinho espera que esta e outras atividades contribuam para que isso ocorra. "Precisamos unir forças para promover a regulamentação. Essa é uma tarefa que



Iniciativa de Dentinho teve apoio dos líderes

pretendemos ver concretizada neste ano, um ano especial também para a CNBB", salientou o petista.

COMISSÕES

CCJ decide sobre CPI na próxima terça

A Comissão de Constituição e Justiça decide sobre a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a utilização dos recursos do Fundo Social na terça-feira (21). A garantia foi dada pelo presidente da CCJ, deputado Jorginho Mello (PSDB).

O encaminhamento aconteceu na primeira reunião ordinária da Comissão, na terça-feira (14), atendendo questionamento formalizado pelo líder do PT, deputado Francisco de Assis. A cobrança do petista está baseada em artigo do Regimento Interno que prevê definição já na primeira reunião. Mello disse que no próximo encontro deverá apresentar um posicionamento sobre o requerimento assinado por parlamentares da oposição e desculpou-se por não tê-lo feito entre a definição das comissões e a primeira reunião devido ao tempo exíguo.

O requerimento que pede a instalação de uma CPI está em análise na CCJ, em razão do questionamento feito pelo líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), acerca do fato determinado. Os opositoristas defendem a realização de investigações sobre doações feitas com recursos do Fundo Social a entidades que não estavam devidamente regularizadas e cujo dinheiro não foi aplicado para os devidos fins, reiterou Assis. Nas últimas sessões, o deputado tem levado ao Plenário, mais denúncias sobre uso inadequado dos recursos.

Além deste assunto, a CCJ ainda apreciou o Projeto de Lei nº 404/05, de autoria do deputado Celestino Secco (PP), que institui a data de 28 de abril

como o Dia Estadual de Proteção aos Animais, aprovado no dia seguinte em Plenário. A semana que antecede a data será denominada Semana de Proteção aos Animais, quando as escolas públicas deverão promover eventos relacionados ao tema, objetivando desenvolver no aluno a consciência da necessidade de proteção aos animais.

Foi aprovado também o Projeto de Lei nº 19/06, de autoria da deputada Simone Schramm (PMDB), que dá o nome de Vereador João Luzia Duarte Ribeiro ao ginásio de esportes da Escola de Educação Básica Davi Pedro Espíndola, em Barra Velha.

Combatentes

Já a proposta do deputado Onofre Agostini (PFL), que prevê a inclusão dos ex-combatentes e suas viúvas no programa Santa Catarina Saúde – plano de assistência à saúde dos servidores do Estado –, deverá ter uma solução encaminhada pelo Executivo na próxima semana. A informação é do líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB). Ao elaborar a Lei Complementar nº 306, de 21 de novembro de 2005, o governo deixou os ex-combatentes à margem da nova norma que disciplina o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores de Santa Catarina. “Foi um lapso”, desculpou-se Blasi.



Jorginho Mello (ao microfone) garantiu ao líder da bancada petista que a decisão sai na próxima semana

Finanças corrige erro técnico no Orçamento

Os deputados da Comissão de Finanças e Tributação encaminharam a correção de um erro técnico no texto final do Orçamento deste ano na primeira reunião – realizada no dia 15 –, após a definição de seus novos integrantes. Sob a presidência do deputado Gelson Merísio (PFL), os parlamentares avaliaram o ofício do líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB).

Endereçado ao presidente do Legislativo, deputado Julio Garcia

(PFL), o documento solicita medidas para corrigir erro técnico de redação final do Projeto de Lei nº 398/05, que trata do Orçamento Anual de 2006. Não foi incluída a emenda parlamentar destinada a suplementar a subvenção social ao Corpo de Bombeiros Voluntários de Santa Catarina, no valor de R\$ 2,5 milhões. A emenda foi aprovada em Plenário no final do ano passado.

O deputado Dionei Walter da Silva (PT), que fez o encami-

nhamento na reunião, disse que são mais de 100 corporações em Santa Catarina que serão beneficiadas com esses recursos – que hoje totalizam R\$ 900 mil –, valor, segundo ele, insuficiente para atender as necessidades de manutenção e ampliação das corporações.

A Presidência da Casa deverá encaminhar a correção ao governo do Estado para que seja republicada a lei com a inclusão da emenda.

Comissão de Educação está definida

As bancadas definiram os integrantes da penúltima das 14 comissões permanentes da Assembleia Legislativa. Na tarde do dia 15 foi instalada a Comissão de Educação, Cultura e Desporto, que será presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB) e terá como vice-presidente a deputada Odete de Jesus (PL). Os outros integrantes da Comissão são os deputados Joares Ponti-

celli (PP), Antônio Ceron (PFL), Maurício Eskudlark (PSDB), Paulo Eccel (PT) e Simone Schramm (PMDB). As reuniões ocorrem nas quartas-feiras, às 8 horas.

Resta definir ainda a composição da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais. Também está tramitando Projeto de Resolução criando a Comissão dos Direitos da Mulher.



Com nova composição, a Comissão de Finanças realizou sua primeira reunião na quarta-feira

ESPECIAL

Consórcio promove a inserção de jovens no mercado de trabalho

Solon Soares



Jorge Luiz Arcenio ensina a recuperar e manter instrumentos musicais
Arquivo Projeto Aroeira



Entre as atividades no sítio, os jovens aprendem técnicas de plantio...



Solon Soares

No período em que estão realizando as oficinas e cursos, os jovens selecionados recebem uma ajuda de custo mensal no valor de R\$ 150

Recursos dependem de resultados

O governo federal destinou R\$ 2,5 milhões ao Projeto Aroeira. Para renovação do convênio e instalação de uma nova turma é preciso apresentar resultados positivos do trabalho desenvolvido. Segundo a coordenadora do Aroeira, um dos compromissos assumidos com a administração federal é a inserção no mercado de trabalho de, no mínimo, 30%, ou 360, dos 1.200 jovens atendidos. Esta é uma das razões da importância da divulgação do vídeo que será exibido no Centrosul, no dia 31 de março. "Queremos tornar público esse potencial que quase não é visto", ressalta Ivone.

O vídeo está sendo produzido pelos jornalistas Fernando Evangelista e Juliana Kroeger. Foram

eles também que produziram o vídeo documentário Rompendo Territórios, que mostrou como foi o primeiro encontro dos jovens que participam do Aroeira. O encontro foi realizado no dia 21 de novembro, no CEFET/SC (Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina), na capital.

Mesmo com o fim do convênio com o governo federal, o projeto Aroeira irá continuar. "Os jovens que estão encerrando as atividades do convênio precisam de um espaço para continuar a qualificação", resume Ivone. E esse espaço já existe. A Lei Estadual nº 13.716, de 24 de fevereiro de 2006, autoriza o Poder Executivo a conceder, pelo prazo de dez anos, ao Centro Cultural Escrava Anastácia da Capela

de Nossa Senhora do Monte Serrat, o uso gratuito de uma área com 857 metros quadrados, com benfeitorias, localizada na rua Prefeito Tolentino de Carvalho, no bairro Estreito, em Florianópolis.

O prédio concedido abrigava anteriormente o IML (Instituto Médico Legal). De acordo com o Artigo 2º da lei, "a concessão de uso tem por objetivo propiciar um local para a entidade desenvolver projetos voltados à capacitação profissional de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social residentes nas periferias da Grande Florianópolis". Ivone ressalta que este espaço é bastante significativo, pois muitos jovens passaram pelo prédio, mas na condição de vítimas do crime. "Agora o espaço é de

Os 1200 jovens da primeira turma do Projeto Aroeira receberão o certificado no dia 31 de março, no Centro de Convenções de Florianópolis. Na ocasião, será apresentado um vídeo sobre o trabalho desenvolvido nas oficinas profissionalizantes.

Magda Audrey Pamplona

A intenção, segundo a coordenadora do projeto, Ivone Maria Perassa, é aproveitar a oportunidade para divulgar o trabalho desenvolvido com os jovens.

Aroeira – árvore conhecida pela sua resistência –, é o nome dado ao Consórcio Social da Juventude de Florianópolis e Região, que iniciou suas atividades em outubro do ano passado. Os consórcios estão previstos pelo Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, do governo federal. O programa aproveita a capacidade que as organizações da sociedade civil têm de obter resultados junto ao público jovem em situação de vulnerabilidade social.

Em Santa Catarina o convênio foi firmado com o Centro Cultural Escrava Anastácia, presidido pelo Padre Wilson Groh, e localizado na comunidade do Monte Serrat, no centro da capital. Além do Centro Cultural, que coordena o projeto, mais 26 organizações não-gover-

namentais atuam no Aroeira, que atende jovens de 16 a 24 anos dos municípios de Biguaçu, Florianópolis, Palhoça e São José. Dentre os 1.200 jovens atendidos, também há 60 deficientes auditivos e seus familiares, do município de Paulo Lopes.

O público alvo dos consórcios são jovens que, devido às suas condições socioeconômicas, têm maior dificuldade de acesso a oportunidades de trabalho, especialmente os quilombolas e afrodescendentes, indígenas, egressos de unidades socioeducativas, portadores de necessidades especiais, trabalhadores rurais e jovens mães. A renda dos selecionados não pode ultrapassar meio salário mínimo por pessoa da família.

Durante o período de quatro meses, os jovens cumprem 400 horas/aula de atividades, divididas em qualificação básica (que inclui aulas de educação ambiental, informática, ética e cidadania) e ensino profissionalizante em diferentes áreas.



Arquivo Projeto Aroeira

Área em Biguaçu abriga adolescentes em extrema situação de risco, que voltam de 15 em 15 dias para a família
Solon Soares

Sítio abriga 15 adolescentes do projeto



A coordenadora do Aroeira, Ivone Perassa, garante que o projeto continua
Arquivo Projeto Aroeira

Um sítio em Biguaçu foi alugado pelo projeto Aroeira e desde outubro atende a 15 jovens, que retornam para as suas casas em fins de semana, a cada quinze dias. Lá, eles são acompanhados por três educadores e aprendem a plantar, a tratar de animais, fazer doces, conservas, pães, pizzas. Eles também são responsáveis pelas tarefas domésticas.

O acompanhamento desses jovens é mais intenso. Mais do que as 400 horas/aula previstas inicialmente no projeto, eles são acompanhados durante 24 horas. "Não dá para trabalhar com eles apenas o tradicional", justifica Ivone. Ela explica que são jovens que têm conflitos com a lei ou que ficaram marcados por outros grupos e por isso têm dificuldade de circular fora das suas comunidades. "O universo de vivência deles é muito limitado", detalha. Com outros três grupos de jovens também foram necessários trabalhos diferenciados.

O aluguel do sítio já foi renovado até dezembro. "Nossa intenção é fazer um projeto e apresentar ao poder público e à iniciativa privada para viabilizar a compra do sítio e criar um espaço formativo para abrigar também jovens de outros municípios", disse Ivone. Os jovens atendidos hoje são todos de Florianópolis.



...trato de animais, feitura de pães e conservas de doces, sob o acompanhamento contínuo de três educadores

PLENÁRIO

APROVADO

Data especial

Os deputados aprovaram o Projeto de Lei nº 404/05, de autoria do deputado Celestino Secco (PP), que institui o Dia Estadual de Proteção aos Animais, a ser comemorado no dia 28 de abril. O projeto tem como objetivo a difusão de informação e a educação sobre o tema.

“Psicólogos e criminologistas constataram que a maior parte dos maus-tratos

contra animais progrediu para a violência humana e por isso a importância do projeto”, argumentou o parlamentar.

Conforme o projeto, a semana que antecede o dia 28 de abril constituirá o período de celebração em comemoração à data. Haverá eventos relacionados ao tema, como palestras e atividades lúdicas.

Gonçalves enaltece iniciativa do Exército



Deputado Nilson Gonçalves

rio que atitudes sejam tomadas para que a marginalidade tenha fim”, argumentou.

O tucano considera a iniciativa positiva, uma vez que o grau de criminalidade se aproxima ao de uma verdadeira guerra. “Não há ninguém melhor para combater uma guerra do que o próprio Exército”, ressaltou Gonçalves.

Gonçalves comparou a violência do Rio a alguns acontecimentos que recentemente vêm ocasionando a violência em Florianópolis, e ressaltou que as providências devem ser tomadas com antecedência para que não ocorram maiores conseqüências.

“Não podemos comparar Florianópolis com o Rio de Janeiro, mas ficar atento aos acontecimentos semelhantes para que daqui a 10 ou 15 anos os catarinenses não enfrentem os mesmos problemas”, concluiu.

O deputado Nilson Gonçalves (PSDB) aproveitou seu pronunciamento na tarde do dia 14 para enaltecer a iniciativa do Exército brasileiro que vem atuando nos morros cariocas. “A violência vem crescendo a cada dia, é necessá-

Servidores temem novas privatizações no Estado



Deputado Afrânio Boppré

um ofício ao deputado Afrânio Boppré (P-SOL) denunciando o início da privatização dos serviços públicos através das Organizações Sociais (OS).

Como lembrou o parlamentar, no pacote de projetos enviados na convocação extraordinária de 2004 esta matéria estava presente e foi amplamente discutida. “Este projeto está acelerando o ideário neoliberal do governador, fragilizando as estruturas públicas”, afirmou.

Para os servidores, as conseqüências do projeto estão começando agora, por transformar os serviços públicos em Organizações Sociais significa terceirizar o serviço público.

A associação dos funcionários do Centro de Pesquisas Oncológicas (Cepon) e do Hemosc enviou

Governo divulga obras que não são suas, acusa Ponticelli

A última reunião do governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) com os secretários regionais, reclamando a falta de placas em obras inauguradas, foi colocada em debate pelo deputado Joares Ponticelli (PP), mais uma vez, durante a sessão do dia 14. “Há, sim, placas demais em obras que não têm nada a ver com o atual governo”.

Ponticelli citou como exemplo de “apropriação de obras”, uma no município de São Joaquim, realizada através de um convênio entre o Badesc e a prefeitura local, em fevereiro de 2002, no valor de R\$ 500 mil. Conforme o progressista, a obra foi executada e inaugurada em 2004 e o empréstimo está quitado. “Literalmente esse governo assumiu o papel de chupim. Já está inaugurando obras que não são de sua autoria”, comentou Ponticelli.

O progressista ainda cobrou o início das obras da ponte do rio Mampituba, que vai ligar Santa Catarina ao Rio Grande do Sul. Segundo o deputado, a ordem de serviço foi assinada e nenhuma máquina chegou ao local. “Conversamos com a população ribeirinha e ninguém viu nada. Ninguém escutou barulho de máquina. A única coisa que eles lembram é da festa de assinatura da ordem de serviço. E essa situação se repete em muitos



Eduardo Guedes de Oliveira

Parlamentar mostrou fotografias de placas em seu pronunciamento

outros lugares”, afirmou.

Governo

O líder do PMDB, deputado Manoel Mota, ao ocupar a tribuna em seguida, credenciou as críticas de Ponticelli a “ao desespero de um governo perdedor”. “Ponticelli deveria se redimir diante deste Parlamento e da sociedade catarinense, por mentir com relação às obras do governo”, destacou.

Mota argumentou que, por prometer obras e não realizar, o governo de Esperidião Amin (PP) perdeu as eleições passadas. “A oposição quer voltar ao governo

e para isso se propõe a vir aqui fazer denúncias sem fundamento, visando enganar a população. Foram muitas as mentiras espalhadas na administração anterior e por isso acredito que faltará coragem para que a oposição lance um novo candidato ao governo”, frisou.

Ponticelli voltou à tribuna para reiterar suas denúncias. “Mota considera a oposição mentirosa, mas é importante lembrar que nas últimas eleições o PMDB, partido do atual governador, levou uma surra, mais precisamente nos municípios de Araranguá, Criciúma e Tubarão”, observou.

Dionei comenta operações da PF

O desmonte de dezenas de quadrilhas de corrupção e fraude contra o Estado e a sociedade, pela Polícia Federal, em três anos, foram divulgadas em Plenário pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT), na sessão do dia 14. O parlamentar levou ao conhecimento público e do Legislativo os dez esquemas descobertos, inclusive com prisões de funcionários públicos.

Dionei citou a Operação Vampiro, de maio de 2004, deflagrada a pedido do então ministro da Saúde, Humberto Costa, que desmontou uma máfia que agia há 12 anos fraudando processos de licitação de hemoderivados. Nessa operação foram presas 17 pessoas, entre elas seis funcionários do Ministério. A Operação Guabiru, de maio de 2005, desmontou um esquema de desvio de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação que deveria ser usado para a compra de merenda escolar em municípios alagoanos. Entre os presos, oito eram prefeitos municipais e quatro eram ex-prefeitos.

Já a Operação Mercúrio, de junho de 2005, interrompeu um esquema de corrupção que envol-

via empresários, empregados de empresas de transporte de carga e de passageiros e policiais federais. Foram presos 18 funcionários públicos.

Segundo ele, o combate à indústria das fraudes, em especial, tem fechado vários pontos de desvio do dinheiro público. “Nessa área, uma força-tarefa, composta por funcionários do INSS, da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, já identificou 4.570 processos irregulares de concessão de benefícios. As ações resultaram numa economia de R\$ 81 milhões por ano aos cofres da União”.

Informações

Um pedido de informações ao governo do Estado foi encaminhado pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT), questionando a intenção da SC Parcerias de construir a rodovia SC-280, paralela à BR-280.

Segundo o parlamentar, a obra estadual não tem sentido, considerando que o governo federal entregará em abril o projeto de engenharia para a dupli-



Deputado Dionei Walter da Silva

cação da BR. “O governo está se apropriando de obras federais, a exemplo do que aconteceu com o porto de São Francisco do Sul, onde 74% dos recursos são federais, mas o governo fez uma pré-inauguração, como se fosse dele”, protestou Dionei.

Em aparte, o deputado Joares Ponticelli (PP) endossou Dionei. “O deputado federal Edinho Bez (PMDB/SC), no programa A Voz do Brasil, disse que há um metrô passando sobre a ponte Hercílio Luz em Florianópolis”. comentou.

PLENÁRIO

Odete de Jesus lamenta descumprimento das normas legais

Eduardo Guedes de Oliveira



Odete também enfatizou a necessidade da sociedade cumprir a lei

A tragédia envolvendo uma criança e um cachorro da raça pitbull levou a líder do PL, deputada Odete de Jesus, a exigir, em discurso feito da tribuna, na tarde do dia 14, o cumprimento da lei nº 11.096, de 17 de maio de 1999. De autoria do pefelista Onofre Agostini, a norma obriga o uso de guia e focinheira nos cães de guarda em locais públicos no estado.

O menino Daniel Varela, de 8 anos, teve o rosto desfigurado pelo seu próprio cachorro, no último sábado, na praia dos Ingleses.

A parlamentar citou ainda outro caso de violência, ocorrido no dia 13, no maior colégio estadual de Santa Catarina, o Instituto Estadual de Educação (IEE), onde uma bala perdida atingiu a porta principal do colégio que tem mais

de 7 mil alunos.

O deputado Nilson Nelson Machado – Duduco (PDT), em aparte, afirmou que o descrédito com a segurança é muito grande,



Eduardo Guedes de Oliveira

Autor da lei da focinheira, Onofre fez coro aos reclames da líder do PL

tendo em vista que a polícia deveria estar mais presente na vida das pessoas.

Legislação

O autor da lei das focinheiras endossou as reclamações da líder liberal. “No ano passado um criança foi morta no município de Biguaçu, também vítima de ataque de um pitbull, e ainda em 2005, uma senhora também faleceu depois de um ataque de dois cachorros”, rememorou o pefelista.

Ele salientou ainda que cabe a todos os órgãos públicos a fiscalização da lei. “O problema exige a atenção do Poder Legislativo, Ministério Público e Prefeitura Municipal”, concluiu o parlamentar, pedindo apoio para fazer cumprir a determinação legal.

Petistas também cobram obediência às leis

O deputado Paulo Eccel (PT) uniu-se a outros parlamentares e cobrou do governo estadual, em sua manifestação da tribuna, obediência à legislação e vontade de aplicá-las. “O governo do Estado, por exemplo, não está cumprindo o Artigo 170 da Constituição”, acusou. De acordo com ele, o governo não fez o repasse da última parcela de 2005 para instituições do sistema de ensino superior da Acafe e pagou apenas duas, de um total de cinco parcelas destinadas a bolsas para estudantes do ensino médio. “As leis só estão enfeitando



Deputado Paulo Eccel

as prateleiras das bibliotecas”, lamentou.

Endosso

Na plenária do dia 16, foi a vez da deputada Ana Paula Lima (PT) cobrar do governo do Estado a regulamentação da Lei nº 12.947, de 5 de maio de 2004. Esta lei estabelece a notificação compulsória dos casos de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde da rede pública ou privada. Também cria o Comitê Técnico Intersetorial de Acompanhamento de Notificações de Violência Contra a Mulher.

“A regulamentação vai evitar que uma mulher estuprada tenha que relatar o que aconteceu em diversas instâncias, do hospital ao delegado. Isso não vai acabar com a violência, mas vai evitar o constrangimento de repetir a história”, ressaltou.



Deputada Ana Paula Lima

Baldissera comenta ação judicial

Privatizada em 1997, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), a Companhia Vale do Rio Doce, segunda maior empresa brasileira e uma das maiores mineradoras do mundo, pode voltar ao controle acionário da União. A notícia foi divulgada pelo deputado Pedro Baldissera (PT), no dia 15. Ele informou que o 5º Tribunal de Brasília aceitou um pedido de revisão da privatização, com a adoção de nova perícia técnica para avaliar os valores pelos quais a mineradora foi leiloada. O parlamentar anunciou para o dia 24 deste mês o lançamento, na Assembléia Legislativa de São Paulo, do Comitê em Defesa do Patrimônio Público e da Vale do Rio Doce. Ele conclamou seus pares e a sociedade a fazerem o mesmo em Santa Catarina.



Deputado Pedro Baldissera

Valores

“O atual tesoureiro da empresa avaliou a Vale em R\$ 100 bilhões e ela foi leiloada por apenas R\$ 3,3 bilhões. Somente em 2003, o lucro líquido chegou a R\$

8,8 bilhões. As ações populares responsabilizam a União, em nome de FHC, e o BNDES pela privatização, um processo doloroso que foi combatido por correntes ideológicas lideradas por nomes como Aureliano Chaves. Leonel Brizola, João Amazonas, Barbosa Lima Sobrinho, oficiais das Forças Armadas, CUT, UNE e MST”, declarou Baldissera. Ele lembrou que a Vale do Rio Doce atua nos cinco continentes, em 10 portos brasileiros, em 14 estados, é proprietária de 9 mil quilômetros de estradas de ferro e possui jazidas de minério, ouro e manganês, entre outros minerais.

A empresa foi criada pelo governo federal em 1º de junho de 1942 e privatizada em maio de 1997, quando o Consórcio Brasil, venceu o leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

Guidi faz críticas ao governo federal

Ao comentar as comemorações do Dia Internacional da Mulher, festejado em 8 de março, o deputado Altair Guidi (PPS) defendeu medidas efetivas para assegurar maior qualidade de vida para o gênero feminino. “O governo federal, no entanto, se aproveitou da data para conceder um desprezível benefício sobre o imposto de renda”, criticou o parlamentar.

Segundo Guidi, esses recursos poderiam se transformar em novas oportunidades de trabalho à mulher. “Isso não passa de um novo golpe do PT para enganar os brasileiros, uma vez que o benefício anunciado não passa de uma enrolação sem fundamentos”, observou.

Para Guidi, essa é mais uma articulação do presidente Lula,



Deputado Altair Guidi

conhecido como o “mestre das ilusões”. Porém, sua credibilidade está com os dias contados, uma vez que as promessas feitas em campanha não estão sendo cumpridas.

PLENÁRIO

Fundeb: Fecam inclui sugestão



Deputado Celestino Secco

O relator do Substitutivo ao Projeto de Emenda Constitucional (PEC) que cria o Fundeb (Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica), senador Eduardo Jorge (PFL/PE), comprometeu-se a incluir a reivindicação da Federação Catarinense dos Municípios (Fecam) na proposta. A Federação quer que o Fundo seja repartido em três, financiando separadamente a educação infantil, a fundamental e o ensino médio. A informação foi dada pelo deputado Celestino Secco (PP).

De acordo com ele, a pro-

posta foi levada a Brasília pelo presidente da Fecam e prefeito de Governador Celso Ramos, Anísio Anatólio Soares, quando participou de uma audiência pública sobre o Fundeb, realizada no Senado pelas comissões de Justiça, Finanças e Educação. A sessão foi solicitada pelo presidente da Comissão Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, e contou com a presença dos demais presidentes das federações municipalistas.

Vitória

O deputado Celestino Secco, líder do PP, considerou o fato uma vitória preliminar. De acordo com ele, o presidente da Fecam ainda pediu, junto com a CNM, que os R\$ 4 bilhões previstos para o Fundo ao longo dos próximos quatro anos sejam disponibilizados já e que os recursos orçamentários sejam ampliados. "Foi uma vitória inicial para a Fecam, os prefeitos catarinenses e para a CNM. Eles desejam que este fundo seja aprovado, mas não da forma como está e sim com a inclusão do substitutivo global",

comentou o progressista.

Conforme a direção da Fecam, caso o substitutivo não seja aprovado, os estados terão uma redução na transferência de recursos para seus municípios, em comparação com o que se verifica hoje no Fundef.

Ainda segundo a Federação, a manutenção do Fundeb como fundo único faz opção pela quantidade em detrimento da qualidade: o fundo único não estimula a expansão da melhoria da qualidade da educação escolar para a população na idade apropriada.

O novo Fundo vem sendo discutido desde 2004, num debate envolvendo Ministério da Educação, profissionais da área, além de deputados, senadores e especialistas. Ele vai substituir o antigo Fundef e a meta é garantir recursos para qualificar o ensino fundamental e os profissionais, além de promover sua valorização.

O substitutivo em análise nasceu das discussões e propostas colhidas em audiências públicas realizadas em diversos estados.

Genésio registra lançamento de jornal



Deputado Genésio Goulart

A palavra comunicação designa ação, efeito ou meio de comunicar-se. Também pode ser interpretada como aviso, informação, esclarecimento ou mecanismo de transmissão. "Todos estes sentidos são amplamente de domínio do jornalista João Batista Guedes, que acaba de lançar em Tubarão mais um de seus produtos de mídia", destacou o deputado Genésio Goulart (PMDB). O parlamentar refere-se ao jornal Sete Dias, dirigido e editado pelo profissional citado.

O novo semanário, assinalou, nasce com a necessária credibilidade. Para o parlamentar, embora a região disponha de um bom número de publicações, "este novo veículo vem somar-se ao trabalho de bem informar a sociedade".

O diretor-proprietário da JB-Guedes Comunicação, contou Genésio, tem mais de 35 anos de experiência no mercado jornalístico e começou na profissão fazendo desenhos e charges.

Com o tempo, além de exercer a função de repórter, foi também diagramador e editor de jornais e revistas - atividades atualmente exercidas em seu negócio. Na sua carreira, registram-se passagens por O Pasquim (Rio de Janeiro), Jornal de Santa Catarina (Blumenau), O Estado (Florianópolis), A Notícia (Joinville) e Diário do Sul (Tubarão).

Assis quer suspensão de embargo da Fatma à obra em Canoinhas

O Plenário aprovou a moção de repúdio, do líder do PT, deputado Francisco de Assis, à decisão tomada pelo coordenador regional da Fatma, de Canoinhas, Régines Roeder, que embargou a obra de construção da travessia urbana da BR-280, no município. A moção foi encaminhada ao governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira (PMDB), e ao presidente da Fatma, Sérgio Grandó.

A conclusão da travessia urbana do município de Canoinhas é obra reivindicada há mais de dez anos. "Não quero criticar o coor-

denador da Fatma, mas o ato de embargo é questionável. Esta obra é uma reivindicação do coletivo e será modelo para todo o estado. Não pode parar agora", explicou.

Conforme Assis, a obra foi embargada porque o coordenador alegou que esta não tem o Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) e afirmou que a obra está em dia com as exigências legais junto ao Ibama. "O problema nesse caso foi falta de comunicação. Esse tipo de atitude não precisa ser tomada. É uma decisão totalmente política", concluiu.



Deputado Francisco de Assis

Herneus alerta sobre gripe aviária

Os efeitos negativos à economia catarinense em consequência da gripe aviária estão se ampliando a cada dia. "A indústria catarinense já sente os efeitos da gripe aviária com queda das exportações de frango", lamentou o deputado Herneus de Nadal (PMDB), vice-presidente da Assembleia Legislativa na manhã de quinta-feira, em discurso da tribuna.

O deputado Herneus reiterou

informações divulgadas pela imprensa, nas últimas semanas, sobre as demissões em larga escala que começam a atingir o setor por causa disso.

Ele lembrou a aprovação pela Assembleia Legislativa, na quarta-feira (14), de moção ao presidente Luís Inácio Lula da Silva, para que ele tome conhecimento e desencadeie ações urgentes para resolver o problema.

Herneus voltou a alertar so-

bre os prejuízos causados pelos casos de febre aftosa registrados em outros Estados, que também trouxeram consequências negativas para a economia catarinense. "Pela falta de zelo e cuidado em outras regiões, Santa Catarina foi afetada", lamentou, referindo-se ao embargo russo à carne suína catarinense. Ele lembrou que Santa Catarina erradicou a doença há 15 anos, e que há cinco está livre da vacinação contra a aftosa.

Duduco vai integrar Comissão de Educação

Integrante da frente que reúne as legendas com menor representação na Casa, o deputado Nilson Nelson Machado - Duduco (PDT) vai ocupar a cadeira que cabe ao grupo (PPS, PDT, PL, P-SOL, PSB) na Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais.

A vaga foi cedida pela deputada Odede de Jesus (PL) durante a sessão plenária do dia 14, atendendo aos reclames manifestados pelo próprio parlamentar ao ocupar a tribuna. "Eu quero trabalhar por Santa Catarina. Eu gostaria de pelo menos estar em duas comissões e de atuar mais. Sei que isso tudo foi resultado de um acordo entre os parlamentares, mas que poderia ser resolvido de outra forma", lamentou.

Em aparte, a deputada Odete garantiu ao pedetista que cederá seu lugar na Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais ao deputado.

Rodízio

O parlamentar também sugeriu mudanças quanto às presidências das comissões, a partir do fato de não poder assumir a presidência da Comissão da qual faz parte, a Comissão de Segurança Pública.



Deputado Duduco

"A presidência das comissões deveria ser alternada, com uma espécie de rodízio de nomes", sugeriu.

Duduco também aproveitou seu tempo na tribuna para falar, mais uma vez, sobre o carnaval de Florianópolis. Para ele, faltou planejamento para a festa na Ilha de Santa Catarina.

Ele afirmou que não tem nada contra o secretário de Turismo de Florianópolis, Mário Roberto Cavallazzi. "E sim contra a falta de planejamento dos eventos que aconteceram neste ano. As minhas críticas são contra as falhas ocorridas no carnaval e não contra o secretário. Não é nada pessoal. Não o tenho como desafeto", garantiu o líder do PDT na Assembleia.

PLENÁRIO

Blasi comenta afastamento do governador para eleição



Deputado João Henrique Blasi

De acordo com informação do líder do Governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) deixa o cargo no dia 9 de abril para concorrer à reeleição. "Devido às inúmeras questões abordadas na mídia, oriundas dos parlamentares de

oposição sobre o assunto, é importante ressaltar que a atitude do governador nunca, em toda a história, foi praticada por algum prefeito, governador ou até mesmo presidente", destacou Blasi.

Segundo o parlamentar, esse é um ato nobre de Luiz Henrique, que vai afastar-se de suas atividades para disputar novamente o cargo com igualdade em relação aos demais candidatos, uma vez que, se continuasse no comando, teria muitas vantagens. Blasi lembrou que há um ano LHS assumiu o compromisso de que deixaria o cargo com antecedência visando às eleições, porém, a oposição insiste em distorcer as informações.

Licença

O líder governista ressaltou que a bancada do partido está fazendo uma reflexão atenta

sobre a situação e adianta que, com relação ao assunto, concluiu que a via mais adequada para o afastamento é a licença. Para a oposição, que ainda tem dúvidas sobre a decisão do governador, fica confirmado seu afastamento, que já tem data, hora e local marcado, observou Blasi.

Para o deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP), o governador não está cumprindo com a sua palavra, uma vez que há um ano afirmou que renunciaria ao cargo e não apenas se afastaria. "Entre renunciar e afastar-se, existe uma grande diferença, pois com o afastamento Luiz Henrique permanece com a caneta na mão para continuar comandando", enfatizou.

Já para Joares Ponticelli (PP), "o governador não renuncia porque não confia em seu vice, Eduardo Pinho Moreira (PMDB), e tem medo da justiça".

Deputado reivindica construção de CIP



Deputado Antônio Aguiar

esquecimento", destacou.

Além de uma abordagem mais profunda da questão, assinalou o peemedebista, a campanha também será um canal para que seja reivindicado o efetivo cumprimento das leis elaboradas para defender os direitos e garantir a qualidade de vida dessas pessoas. "Itens como a locomoção, trabalho, educação, entre outros fatores que possam proporcionar uma vida digna e saudável, são direito desses cidadãos", afirmou.

A Campanha da Fraternidade, desenvolvida todos os anos, desde 1963, é, como a define a igreja Católica, atividade de ampla evangelização.

Anualmente são eleitos temas que levem a sociedade à reflexão, estimulando a solidariedade.

O grande número de menores infratores nos municípios de Balneário Camboriú e Tijucas motivou o deputado Maurício Eskudlark (PSDB) a apresentar uma indicação ao governo do Estado, solicitando a construção de um Centro de Internamento Provisório (CIP) em Balneário Camboriú.

Ainda sobre a necessidade de haver maior segurança naquela região, o parlamentar disse que a Secretaria da Segurança Pública e Defesa do Cidadão já tem projeto de construção de um presídio para atender os municípios de Balneário Camboriú, Camboriú e Itajaí. "Graças à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), de progressão da pena para crimes hediondos, os presídios ficarão menos lotados, com mais marginais nas ruas, colocando em risco a segurança da população", criticou Eskudlark. O parlamentar citou como exemplo o caso da estudante de medicina morta há poucos dias por um menor, em São José, na Grande Florianópolis.

Outro assunto abordado por Eskudlark, durante a sessão plenária do dia 9, foi a inauguração da Faculdade do Litoral Catarinense, no dia 6, em Balneário Camboriú, que passará a oferecer o curso de Turismo. "É mais um passo na profissionalização do setor", disse.

[DOS GABINETES]

PRIVATIZAÇÃO NA SAÚDE

A deputada Odete de Jesus (PL) recebeu por meio de sua assessoria uma resposta extra-oficial aos questionamentos feitos por ela sobre a possibilidade de privatização dos serviços do Cepon e Hemosc, conforme denunciado por funcionários.

As informações prestadas por Mirian Andrade, da Fahece – fundação que detém por convênio o gerenciamento dos dois órgãos -, afastam a possibilidade de que os serviços venham a ser privatizados. Mirian Andrade afirmou que os dois órgãos continuarão sob a administração da Fahece. Segundo ela, essas instituições poderão se qualificar como Organização Social (OS), atendendo uma exigência do Ministério Público Estadual (MP). A nova lei criada pelo governo do Estado seria uma alternativa, mas Mirian cita ainda que o simples reconhecimento como de utilidade pública poderá satisfazer o MP. "A privatização nem foi colocada em debate", garante ela.

A preocupação da deputada Odete de Jesus é a mesma do núcleo de mobilização dos funcionários do Hemosc, que devem publicar na segunda-feira uma carta à população, onde apresentarão as razões para a criação do "Movimento Pela Manutenção do Serviço Público de Qualidade". Está sendo preparado, inclusive, um abaixo-assinado. "Estamos ouvindo as duas versões dessa história para um posicionamento a respeito", adianta a deputada. (Ivan Pimentel)

APOSENTADORIA PARA GOVERNADOR

A Constituição Estadual, no Artigo 195, prevê ao titular do cargo de governador do Estado o repasse de subsídio mensal vitalício igual aos vencimentos de desembargadores do Tribunal de Justiça. O salário atual do governador é de R\$ 10 mil, mas quando deixar o cargo receberá mais de R\$ 22 mil. Além disso, o texto constitucional não prevê a questão cumulativa. Pela regra atual há a garantia de que a mesma pessoa, ocupante do cargo de governador por mais de uma vez, receba o benefício em dobro.

Para acabar com esta disparidade, o deputado Pedro Baldissera – Padre Pedro propôs, e a bancada do PT apoiou, uma emenda modificativa à Constituição Estadual, acabando com o subsídio vitalício. O parlamentar petista afirma que a proposta representa "a extinção de uma regalia e trará economia aos recursos públicos".

Esta realidade acontece no Brasil desde 1969, quando o Artigo 184 da Constituição Federal foi criado. O artigo, acrescentado pela Emenda nº 1, estabeleceu que os governantes receberiam um subsídio mensal e vitalício igual ao vencimento do cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Com amparo na lei federal, as constituições estaduais reproduziram o benefício. Estados como o Rio de Janeiro e o Mato Grosso já extinguíram esta regalia desde o ano de 2002 e 2003, respectivamente. (Cristina Cinara)

TESTE DO OLHINHO

De autoria do deputado Cesar Souza (PFL), está tramitando o projeto de lei que obriga as maternidades e serviços hospitalares da rede pública, ou conveniados com o Sistema Único de Saúde (SUS), a realizar o Teste do Fundo Vermelho, ou *Teste do Olhinho*, em recém-nascidos. Este teste, feito ainda na sala de parto, consiste na emissão de uma fonte de luz nos olhos do recém-nascido, que permite detectar a ocorrência de um reflexo vermelho no fundo do olho, indicando a existência de alguma doença.

O procedimento pode detectar doenças oculares como a retinoplastia da prematuridade, catarata, glaucoma, infecções, traumas de parto e até mesmo a cegueira. Segundo a Sociedade de Oftalmologia Pediátrica, atualmente só nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo o *Teste do Olhinho* é obrigatório ainda nas salas de parto. As Sociedades Brasileiras de Pediatria e de Oftalmologia querem a obrigatoriedade do procedimento em todo o país. (Cármem Leite Rovira)

Aguiar destaca tema de Campanha da CNBB

A Campanha da Fraternidade deste ano, que tem como foco a inclusão social dos portadores de deficiência, foi o tema do pronunciamento do deputado Antônio Aguiar (PMDB), na tarde de quarta-feira (15). O deputado falou sobre a necessidade de união de todos os segmentos organizados da sociedade para ampliar a infra-estrutura de atendimento aos portadores de necessidades especiais. "Observamos muitas ações oriundas do Poder Executivo, estadual e municipal e de organizações não-governamentais. Porém, isso é apenas o início de uma jornada de obstáculos a ser percorrida em busca de uma vitória", observou.

Para o deputado, a Campanha da Fraternidade de 2006 é uma grande oportunidade para conscientizar a sociedade e ampliar o debate sobre ações que atendam a essas necessidades que atingem 15% da população, num total de 180 milhões de pessoas.

"É necessário que haja uma inclusão total desses portadores na sociedade, uma vez que muitos são colocados de forma cruel e injusta à margem da convivência normal. Em meio a uma sociedade competitiva, muitos familiares isolam os portadores de deficiência das demais pessoas, condenando-os assim ao

COMUNIDADE

Funcionários ativos e inativos, produtores rurais, diretores e ex-diretores, vindos de diversas partes do estado, lotaram o auditório da Fiesc, onde realizou-se a cerimônia

A Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC foi homenageada na noite do dia 7, no auditório Egon Freitag, na Fiesc, quando o Legislativo comemorou os 50 anos da extensão rural no Estado.



Eduardo Guedes de Oliveira

Sessão solene marca os 50 anos da extensão rural

Tatiani Magalhães

A sessão solene foi conduzida pelo deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB) e contou com a participação do vice-governador, Eduardo Pinho Moreira (PMDB). Os primeiros trabalhos de extensão rural surgiram em Santa Catarina em 1956, com a criação do Escritório Técnico de Agricultura (ETA). Com o objetivo de desenvolver e assegurar a realização das atividades de extensão rural foi fundada, em 29 de junho do mesmo ano a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (Acaresc), uma das entidades que originou a atual Epagri.

Peninha abriu a sessão enaltecendo a luta dos extencionistas

nos municípios catarinenses, destacando a importância do trabalho realizado.

Até o fim da década de 60, contou o peemedebista, o Brasil não tinha cultivo comercial de maçã e importava 200 mil toneladas/ano da fruta para o consumo interno. Com a criação do Projeto de Fruticultura de Clima Temperado (Profit), foi iniciado o cultivo racional de maçã, pêra, pêssego, uva, ameixa e nectarina.

Há 35 anos Santa Catarina domina 55% da produção nacional de maçãs e esta atinge 1 milhão de toneladas por ano, abastecendo o mercado nacional e exportando cerca de 200 mil toneladas/ano.

Glauco Olinger, primeiro secretário e fundador da Acaresc,

considera a extensão rural responsável pela modernização da suinocultura, além da extensão da produção de maçã, educação sanitária e estímulo ao associativismo com ênfase às cooperativas.

Ele destacou que ações como essas mostram o sucesso do trabalho realizado pelos agentes para melhoria da renda dos produtores. "A extensão rural vai além dessas iniciativas, priorizando também a preservação de nascentes e de poços e a destinação do lixo e da água. Mas providências de maior precisão precisam ser tomadas para que a devastação ambiental tenha fim, uma vez que os agricultores necessitam da fertilidade natural para uma boa produção", frisou.

Eduardo Guedes de Oliveira

Setor requer plano de longo prazo

No momento do lançamento de seu livro Cinquenta anos de Extensão Rural, o fundador da antiga Acaresc, Glauco Olinger, solicitou a criação, ainda neste ano, de um plano longo que determine o reflorestamento permanente de 60% do território rural e que os 40% restantes sejam aproveitados para uma produção de qualidade.

De acordo com o presidente da Epagri, Athos de Almeida Lopes, a história da agricultura catarinense pode ser dividida em duas fases, antes e depois da atividade de extensão rural. A palavra extensão, explicou, originária do latim, significa estender, ou seja, ampliar por todo o território rural o trabalho do extencionista, buscando garantir sustentabilidade no setor, independente do seu porte.

"No decorrer dos últimos 50 anos, a medicina comprovou que, graças às atividades desenvolvidas na extensão rural, muitas doenças originadas por pesticidas ou semelhantes diminuem devido à qualidade do trabalho e a parceria entre a empresa e o governo. Santa Catarina é considerado o estado que mais cresce no setor", observou.

Representando o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB),

o vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, enfatizou que a parceria entre o governo e a empresa gera desenvolvimento, pois o trabalho em conjunto leva às comunidades rurais a oportunidade e os recursos para seu aperfeiçoamento e crescimento.

"Em janeiro deste ano, estive no Japão junto com os engenheiros da Epagri, para uma visita à empresa Jica, em busca de novos contatos a fim de aprimorar o setor. O estado está em segundo lugar em êxodo rural e o governo quer investir na área, participado dessa iniciativa da Epagri", revelou.

Durante o evento, autoridades e funcionários pioneiros na extensão rural foram homenageados com a entrega de placas e troféus. A entrega foi feita pelos deputados Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), Reno Caramori (PP), Gelson Sorgato (PMDB) e Sérgio Godinho (PSB) aos servidores lotados nas gerências de Araranguá, Blumenau, Caçador, Campos Novos, Canoinhas, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Curitiba, Florianópolis, Ibirama, Itajaí, Ituporanga, Joaçaba, Joinville, Lages, Mafra, Rio do Sul, São Joaquim, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Tubarão, Videira e Xanxerê.



Peninha (ao microfone) enalteceu o trabalho realizado pelos profissionais da empresa